

1943 EM ANGOLA

Jonuel José Gonçalves¹

RESUMO

O ano de 1943 representou o ponto de viragem na correlação de forças durante a segunda guerra mundial. No primeiro trimestre ocorreram importantes batalhas no norte da África, enquanto as forças favoráveis aos Aliados consolidaram-se em outras regiões africanas. Como colônia portuguesa Angola estava em posição de neutralidade, mas sentia fortemente os efeitos do conflito, tanto por razões de segurança como pela conjuntura econômica produzida. Ao mesmo tempo, as idéias de democracia e a crescente urbanização angolana, estimularam o surgimento de correntes de opinião, muito influentes na posterior evolução do país.

PALAVRAS-CHAVE

Angola; II Guerra Mundial; colonialismo

ABSTRACT:

The year 1943 represented a turning point in the correlation of forces during the World War II. In the first quarter there were important battles in North Africa, while the friendly forces to the Allies consolidated in other African regions. Angola as a Portuguese colony was in a position of neutrality, but strongly felt the effects of the conflict, due to security reasons and by the economic output. At the same time, the ideas of democracy and increasing Angolan urbanization stimulated the emergence of chains of opinion, very influential in the later development of the country.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte da pesquisa que conduzimos sobre o desenvolvimento num bloco de países do Atlântico Sul, exigindo, naturalmente, alguns recuos à História econômica e política a fim de localizar pontos de partida nos fatores estimulantes – como a dinâmica das respectivas sociedades – ou inibidores – como as dependências e dominações. Neste caso, focamos em Angola num momento de manifestações importantes desses dois fatores.

Trata-se de primeira abordagem, cujo aprofundamento incluirá elementos ainda em pesquisa. Até aqui é baseado, sobretudo, em trocas de informações e opiniões ao longo dos anos com pessoas que viveram a época no começo de suas vidas adultas. Parte delas já faleceu e um dos motivos da publicação consiste em homenageá-las.

¹ Doutor em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor e pesquisador no INEST/UFF. As publicações mais recentes são os livros *“A economia ao longo da História de Angola”*, pela editora Mayamba, em 2011, em Angola, e *“Atraso Econômico e crescimento identitário na configuração de conflitos. Estudo de casos: África do oeste e América do Sul”*, pela editora Inest, em 2013, no Brasil.

Acrescentamos pesquisa bibliográfica, consulta à imprensa e recorremos a dados estatísticos levantados para nosso livro “A economia ao longo da História de Angola”.

O artigo apresenta características multidisciplinares na área das relações sociais, estratégicas e perfil econômico, procurando uma apresentação que facilite a compreensão pelo público acadêmico menos informado sobre temas deste tipo e, ao mesmo tempo, torne fluente a leitura, evitando excessos de citações e notas de rodapé, autênticos entupidores de texto.

1943 foi o ano de alteração definitiva na tendência da Segunda Guerra Mundial. Angola, como parte do então Império colonial português, era território neutro, mas o conflito mundial recebia grande cobertura nos noticiários e pela própria situação dos vizinhos, todos eles envolvidos no campo dos Aliados. Ao mesmo tempo, acontecimentos internos recentes prenunciavam uma nova fase política, com vários dos principais atores a iniciarem movimentações ou estudantes nas frágeis estruturas locais de ensino que buscavam precocemente (em função das idades) meios de expressão.

É esse o contexto a ser analisado neste artigo.

COTIDIANO COLONIAL EXTREMO E FOCOS DE RESISTÊNCIA

Em 1943, Angola tinha uma população total aproximando os quatro milhões de habitantes, segundo o censo colonial de 1940. Esse número pode ser inferior à realidade em virtude da desconfiança de parte da população sobre qualquer tipo de recenseamento, com receio de aumento de impostos ou recrutamento para o trabalho forçado. Cerca de 90% dos habitantes, viviam em zonas rurais sob a autoridade dos postos administrativos, compostos por um chefe- quase sempre português formado na Escola de Estudos Coloniais de Lisboa -apoiado por um ou dois funcionários civis e um número variável de cipaios (polícia africana) também em numero reduzido.

Essa estrutura agia em espaços muito vastos para a sua dimensão, escapando-lhe muitos aspectos tanto mais que a população dissimulava ao máximo, como forma de auto-defesa. Ainda assim, os postos administrativos tinham grande poder de intimidação, em muitos casos pressionando as comunidades através dos sobas (chefes tradicionais). Por essa via, eram recrutados os “contratados”, ou seja, trabalhadores forçados com salários irrisórios - sistema inspirado dos “contractuels” existente na então África Equatorial Francesa (AEF).

Nunca foi possível ter um número exato de “contratados”, podendo apenas situá-los na ordem de grandeza das centenas de milhar naquela época. As minas de diamantes, as culturas de algodão, açúcar e café, as pescarias e as obras públicas eram os principais destinos dessa mão-de-obra, implicando movimentos de população para longe de suas regiões de origem. Geradores de relações inter-étnicas, ao mesmo tempo que

proporcionavam – não apenas entre as vítimas – a consciência sobre o colonialismo à escala de todo o território e não apenas nas bases locais, como ocorreu durante as resistências à ocupação colonial, entre finais do século XIX e a segunda década do XX, com prolongamento pontual para a década de 1940 no extremo sul, em virtude de rebeliões do grupo Herero, confirmadas pelo Governador Geral, comandante de marinha Freitas Morna (Morna:1944).

A base da “política indígena” na Angola de 1943 era traduzida por esse Governador, após diversas considerações paternalistas da seguinte forma:

“Não prima, via de regra, o nativo de Angola [N.A.: referia-se apenas ao nativo negro], pelo amor ao trabalho.

“É um facto evidente e, diremos até, em parte natural consequência do clima, mas que deve sobretudo atribuir-se ao seu atraso mental. O trabalho, como culto do dever, fonte de alegria, origem de bem estar, produto de aspirações, não existe nem pode existir entre os indígenas, no estado primitivo em que se encontram.

“Há sem dúvida excepções individuais e até regionais que se distinguem pela sua actividade, como os do Bailundo e Caconda, mas, de modo geral, o nativo é mais indolente do que trabalhador.

“Não quero incluir-me, certamente, no número dos que teem como dogma a sua preguiça nata, negação formal de toda a actividade, incapaz sem coação de produzir.

“É um exagero e, por isso, não representa a verdade.

“Mas também me não conto entre os que prestam admiração e homenagem às faculdades de trabalho do nativo, porque não é, infelizmente, caso para isso.

“Os que abraçam essa errada opinião pretendem fundamentar-se nos resultados da evolução operada na província de Angola, atribuindo-a ao indígena” (op.cit)

O Governador Freitas Morna, refere-se neste último parágrafo a uma corrente de opinião em crescimento contra o trabalho forçado e o racismo em geral, dois pontos de partida na reativação do combate ao colonialismo em geral. Testemunho verbal, que recolhemos na década de 1960, sobre Angola dos anos da Segunda Guerra Mundial com o jornalista de Benguela José Rocha de Abreu (nascido no começo do século XX), ele próprio integrante dessa corrente, confirma sua existência e difusão no final da década de 1930 de núcleos organizados ou reorganizados.

Perante esse dado, as autoridades coloniais procederam a várias prisões em 1941 e convocaram “eleições” para as Câmaras Municipais que, além dos limites do sistema

ditatorial de partido único, tinham um corpo eleitoral tão reduzido que o diário “A Província de Angola” definiu-as – em tom aprovador – como uma homenagem ao colono.

As prisões atingiram intelectuais angolanos. Um dos quais, detido em Benguela, estaria mais tarde entre os maiores poetas de Angola e novamente preso já durante a guerra pela independência: Aires de Almeida Santos. Outra prisão, seguida de deportação por dois anos em Portugal, foi de Monsenhor Alves da Cunha, vigário geral da Arquidiocese Católica de Luanda, muito ligado aos meios intelectuais locais. Essa função aparece como uma posição alvo do poder colonial, pois outro vigário-geral, o Conego Manuel das Neves, seria preso em 1961 acusado de comandar a insurreição. Em 1941, além de Benguela e Luanda, as cidades de Sá da Bandeira (hoje Lubango) e Nova Lisboa (hoje Huambo) foram abaladas por prisões e deportações para a então metrópole, criando traumatismos, ressentimentos e críticas ainda patentes dois anos depois, estimuladas pelo avanço dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, cuja vitória era vista como favorável a um processo de democratização mundial.

A polícia política do regime salazarista (primeiro PVDE e depois PIDE) ainda não tinha sido instalada nas colônias, sendo as prisões efetuadas por decisão administrativa e executada pela Polícia de Segurança Pública (PSP) que, desde 1937, fazia investigações sobre o agrupamento clandestino Organização Socialista de Angola (OSA) (Dáskalos: 2005), fundado por estudantes do Huambo com liderança de Sócrates Dáskalos, outra figura que a partir dos anos 1960 teve destaque no processo de independência. A expansão da OSA, para além do Huambo, foi facilitada pela obrigatoriedade de exames dos alunos do ensino particular nos dois Liceus oficiais então existentes. A única hipótese de ensino secundário no Huambo era o privado Colégio Alexandre Herculano e os exames válidos eram feitos no Liceu Diogo Cão, da então Sá da Bandeira. Através das deslocações de estudantes, a OSA construiu um núcleo nesta cidade e pela via dos laços de amizade chegou a outras cidades do Sul e, em menor escala, como confirma Dáskalos (op. cit.), à Luanda.

Em 1943, Monsenhor Alves da Cunha foi autorizado a regressar a Angola em virtude de pressões da Igreja católica e também como parte de medidas soltas para descomprimir o clima social. Com efeito, é nesta fase que tem início a onda de críticas de rua, pelas quais as autoridades e os colonos culpam uma categoria designada por “calcinhas”, ou seja, negros escolarizados vestidos com roupas mais modernas que os conservadores imigrantes portugueses e que opõem argumentos a medidas discriminatórias ou ironizam o baixo nível de grande parte desses mesmos imigrantes. Ao mesmo tempo, aumentam as fugas de “contratados” ou habitantes sem documentos.

Neste caso, manifesta-se uma repressão colonial muito além do campo político. Qualquer negro que não possua o estatuto de “assimilado” (são cerca de 40 mil nessa década) deve possuir uma caderneta de trabalho diariamente assinada pelo patrão.

Regularmente são desencadeadas operações nas cidades – sobretudo em Luanda – comandadas por um administrador colonial apoiado por grande número de cipaios, destinadas à verificação desse documento. Muitas vezes são autênticos cercos a muceques. A ausência do documento em si ou da falta de assinatura patronal de dois ou três dias significa prisão e posterior entrada na situação de “contratado”.

Parte dos presos foi encaminhada como “serviçais” para as roças de cacau da ilha de São Tomé durante muito tempo, onde as condições de vida eram ainda piores que em Angola, a ponto de terem provocado uma campanha mundial de boicote ao cacau saotomense, acusado de ser produto do trabalho escravo.

Em Angola, os protestos contra os envios para São Tomé atingiam quase todas as camadas, incluindo altos funcionários. O próprio Governador Freitas Morna se opôs e teve um encontro sobre o assunto com seu colega de São Tomé e Príncipe, dando destaque em seu livro-relatório à quase desapareição dessa prática a partir de 1942 (Morna: 1944).

No entanto, as capturas internas se mantiveram através de prisões de indocumentados ou de ação dos angariadores de mão-de-obra com apoio administrativo e pressão sobre os sobas, configurando um vasto setor do mercado de trabalho pré-capitalista ou semi-escravo.

Em 1943, o Governador Freitas Morna tem em construção um “bairro indígena”, em Luanda, apresentado como uma grande realização em apoio à população negra. Na verdade, são algumas dezenas de casas num traçado semelhante ao que outras potências coloniais faziam nas periferias das zonas urbanas brancas ou correspondentes ao que seriam as townships sul-africanas.

Outra característica do clima social deste ano (e dos seguintes), é a emergência de atividades culturais e recreativas com fundo reivindicativo, no seio das quais se discutem formas de atuação política. Em Luanda, a Liga Nacional Africana e a Associação dos Naturais de Angola (Anangola), apesar de sujeitas a restrições, e até comissões administrativas impostas pelo poder colonial são palco de algumas dessas manifestações culturais. Em 1942, foi fundada a Sociedade Cultural de Angola, incluindo angolanos e portugueses residentes, em geral de tendência democrática, abrindo um espaço por onde passaria grande parte dos intelectuais responsáveis por ações políticas clandestinas na década seguinte.

Em 1943 chegou a Angola o Dr. Eugenio Ferreira, advogado nascido em Portugal, mais tarde Presidente da Sociedade Cultural, animador de campanhas oposicionistas sempre que o governo convocava “eleições” e defensor de presos políticos. Ter casado com uma mestiça valeu-lhe alguns comentários sarcásticos pelos setores ultra-colonialistas. Após a independência, Eugenio Ferreira recebeu a cidadania angolana e foi nomeado juiz.

Na verdade, movimentações semelhantes existem também nas áreas Lobito-Benguela e Huambo-Huíla, enquanto no então distrito do Congo Português (hoje as províncias de Uíge e Zaire) outros fenômenos se esboçavam.

Em 1943, o catequista batista Simão Gonçalves Toco termina seu período missionário na Missão do Bembe, onde já fazia pregações sobre a doutrina cristã do ponto de vista da população negra, consideradas perigosas pelas autoridades. Mantendo uma estrita postura não-violenta e sem contestar o regime em si, entrou numa linha próxima do messianismo, em gestação também noutros pontos do continente africano, com relevo para o vizinho Congo Belga, marcado pela rejeição das humilhações raciais. Mais tarde, fundou uma igreja independente existente até hoje (o Tocoísmo) e foi exilado para um farol no deserto do Namibe, mais tarde para o arquipélago dos Açores.

No mesmo distrito colonial, aparecia com frequência um debate sobre o nível de autonomia do reino do Kongo, entidade simbólica desde a batalha de Ambuíla no século XVII, quando foi derrotado pelo exército português e perdeu todo o poder. A noção de reino, no sentido ocidental do termo, é discutível, inclusive pelas características sucessórias que motivavam a apresentação de várias legitimidades e, portanto, de vários pretendentes. Alguns historiadores e antropólogos têm recentemente preferido as designações de chefaturas ou unidades políticas.

Seja como for, segmentos da sociedade nessa área do país se interessaram pela História da mesma e reclamaram contra as interferências coloniais na escolha do soberano. Discussões intensas marcaram a década de 1940, dando lugar pouco depois ao nascimento de associações, como a Ngwizako e a União das Populações do Norte de Angola, antepassado da futura Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), muito ativa nos primeiros anos de guerra pela independência e hoje com uma pequena bancada parlamentar.

Neste caso, o grande número de emigrados angolanos para o vizinho Congo Belga exerceu uma influência decisiva e, além das duas organizações mencionadas, outros grupos de angolanos foram fundados no território congolês.

Em 1943, há dezenas de estudantes angolanos nas universidades portuguesas, na maioria brancos e alguns mestiços e negros. Vários deles se inserem na agitação estudantil portuguesa, acompanham os movimentos favoráveis à causa aliada e acabam por fundar a Casa do Estudante de Angola, posteriormente transformada em Casa dos Estudantes do Império, por onde passaram vários líderes dos futuros movimentos de libertação.

Assim, no ano em estudo, Angola revela três conjuntos urbanos com associações culturais de base política, discreta em virtude da repressão, mas inegavelmente presente. Uma área rural no norte, onde a tradição e o messianismo religioso são portadores de protesto e, enfim, núcleos de estudantes angolanos nas universidades portuguesas em relação constante com os debates e movimentações urbanas de Angola.

Uma vasta área de atividades recreativas e desportivas existem em Angola desde, pelo menos, o começo do século XX e o decorrer da Segunda Guerra Mundial não impediu o curso normal dos campeonatos, sobretudo de futebol e as competições de atletismo, com destaque para a corrida da São Silvestre. Como tudo em Angola, toda esta área e atividades têm fortes marcas raciais.

O PRÉ-NACIONALISMO COMO ETAPA HISTÓRICA

Entre os colonos foram criados alguns clubes de convívio marcados pela região portuguesa de origem dos seus promotores, em geral destinados a almoços e jantares de confraternização, bailes e comemorações pessoais. Um deles, o Transmontano, ganhou destaque por possuir boas instalações para festas, abertas até a grupos estudantis com boa participação angolana. Para os angolanos, as diferenças se situam a nível de classe social. A pequena classe média participa, sobretudo, do lado recreativo dos clubes desportivos ou se junta em datas comemorativas em casas de famílias com mais recursos. As camadas de baixa renda, habitantes dos muceques, convergem neste plano para clubes ou espaços do Bairro Operário, onde por vezes surgem pequenas bandas locais e onde conjuntos depois muito reputados, como o Ngola Ritmos, fizeram seu aprendizado.

A soma de todos estes centros recreativos produzia fins-de-semana muito animados e conexão aos sucessos musicais mundiais, graças às emissões dos clubes e até da então Radio Angola-Emissora Oficial, contexto assinalável também nas outras sete cidades da Angola-1943: Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Lobito, Benguela, Silva Porto, Malange e Moçamedes (hoje Namibe).

Com incidência nas diversas afirmações de angolanidade – inclusive na própria diversidade de definições, umas mais racializadas, outras menos - o Clube Atlético de Luanda era o mais visível. Nas referidas conversas da década de 1960, José Rocha de Abreu nos apontou exemplos de atitudes culturais; resistências em pequenos detalhes do cotidiano por parte de sócios, dirigentes ou atletas do clube, entre os quais, um pequeno grupo, ou até a nível individual, agia politicamente com muita precaução, mas eficaz nos seus círculos de relacionamento. O Clube Ferroviário, sustentado pela Direção Provincial dos Serviços de Portos Caminhos de Ferro e Transportes, dirigido por brancos, manteve-se aberto a atletas negros, ao contrário de alguns clubes – filiais dos metropolitanos, como o Benfica – que limitavam, evitavam ou até rejeitavam negros.

Esta discriminação em Benguela pelo Benfica local levou – ainda segundo Abreu – à formação de novo clube com símbolos e equipamentos em preto e branco. O assunto tornou-se motivo de polémica pública e interrogações da administração colonial, de tal forma que para conseguir a legalização, os promotores do clube deram-lhe o nome de Portugal (atualmente Nacional de Benguela). No vizinho Lobito, o equivalente ao

Ferrovário de Luanda (Lobito Sports Clube), adotava-se política racial discriminatória, como o Ferrovía de Nova Lisboa.

Nos muceques de Luanda, vários clubes existem, estão em formação ou marcam presenças efêmeras. O Botafogo (ou Bota Fogo) ganharia relevo histórico por ser local de reuniões nacionalistas clandestinas, enquanto o Benfica do Marçal e o São Paulo Futebol Clube se destacaram pela revelação posterior de jogadores importantes no cenário local, um dos quais Ngola Kabango, hoje líder da FNLA. Outra personalidade política com participação na luta pela independência, Aníbal de Melo, foi treinador do São Paulo, nome de bairro que em 1943 só possui os primeiros elementos.

Para o Dr. Eduardo Macedo dos Santos, natural de Malange, exilado durante a luta pela independência, primeiro presidente da Federação Angolana de Futebol, jogador do Sporting de Luanda na década de 1940 antes de ir para Coimbra, onde se formou em Medicina e jogou na Acadêmica (clube da primeira divisão portuguesa), a relação entre raça e classe aparecia com nitidez na composição da equipe do Sporting luandense. Para ele, “mestiço claro” de classe média, a integração não suscitou dificuldades, mas a inserção de negros do muceque só se daria em casos de atletas extraordinários.

Essa avaliação, expressou-se durante o longo período (entre meados das décadas de 1970 e 1980) de nossos debates informais em Luanda sobre a evolução do nacionalismo e sociedade em Angola desde o começo da Segunda Guerra Mundial.

Estava-se, portanto, perante um forte associativismo, atravessado pelas mesmas tensões de toda a sociedade da época, usado pelos vários atores sociais como área de atuação e revelação de comportamentos, motivo pelo qual era vigiado pela administração colonial.

Considerando formulações iniciadas pelo escritor e político angolano Mário de Andrade, que definem como proto-nacionalismo o período do fim do século XIX ao começo da década de 1930, o ano de 1943 aparece-nos como integrado num período que podemos designar por pré-nacionalismo, caracterizado por reivindicações políticas e culturais, denúncia do racismo e intenções de independência, embora aceitando no médio prazo um regime de autonomia com larga participação de angolanos e fim dos entraves ao desenvolvimento. Os limites entre o pré-nacionalismo angolano e a oposição democrática portuguesa são flexíveis. Iniciado com a fundação da OSA em 1937, desenvolve-se com mais rapidez que o proto-nacionalismo e pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial já se pode constatar a existência do nacionalismo angolano como ideia e vontade espalhadas por todo o país. Na década de 1950, surgirão os primeiros embriões organizados nessa linha.

O pré-nacionalismo corresponde também ao período de passagem da adolescência a idade adulta dos futuros militantes nacionalistas, tendo a maioria dos mais destacados

passado pelas escolas e liceus existentes na época. O ano de 1943 dá-nos algumas indicações.

O Liceu Nacional de Salvador Correia, primeiro estabelecimento de ensino secundário oficial da colônia, foi criado apenas em 1919 e em 1937, iniciou-se a construção do edifício existente até hoje, inaugurado em 1942. O impacto histórico deste liceu é atestado pela permanência, hoje, do nome original na fachada de colunas e do mural em azulejos celebrando a reconquista de Angola aos holandeses em 1648, apesar da mudança pós-colonial do nome para Liceu Mutu ya Kavela. Em 1943, era considerada como a mais imponente construção nesse nível de ensino em todo o império português, metrópole incluída, ainda que o número de matriculados fosse apenas da ordem das centenas, na maioria brancos. Monsenhor Alves da Cunha foi um de seus reitores. Em 1943, Agostinho Neto (primeiro Presidente de Angola) e Viriato da Cruz (autor do manifesto que lançou o MPLA) são alunos deste liceu e começam a interessar-se pela poesia. O futuro poeta Antonio Cardoso, então com dez anos, termina a escola primária e vai para o liceu. Ao mesmo tempo, outro fundador do MPLA, Mário de Andrade, estuda no privado Colégio da Casa das Beiras, após ter passado pelo Seminário católico de Luanda junto com seu irmão Joaquim, que lá permanece junto com Alexandre do Nascimento (hoje Cardeal-Arcebispo Emérito de Luanda).

Sócrates Daskálos está em Portugal, na universidade; Aires de Almeida Santos, diplomado pelo Liceu Nacional de Diogo Cão na Huíla, instalou-se em Benguela após a sua prisão em 1941, cidade onde se desenvolveria um acentuado espírito de resistência com componentes nacionalistas, maçônicos e de prolongamentos da oposição portuguesa a Salazar, que se misturavam e tinham na figura do advogado natural desta cidade, Amílcar Barca, nascido em 1880, uma figura inspiradora, cujo nome era citado em todos os meios da resistência angolana deste período e no período seguinte, ao surgirem os movimentos da década de 1950, preparadores da insurreição de 1961.

Jonas Savimbi, fundador e Presidente da União para Independência Total de Angola (UNITA) até 2002 (quando morreu), no final da guerra civil, nasceu em 1934 no Munhango, estação ferroviária do leste angolano, e está prestes a terminar a escola primária em 1943. Vai iniciar uma trajetória de alguns anos em escolas secundárias da Igreja Evangélica Congregacional - de que seu pai é pastor e funcionário ferroviário - e do Colégio dos Maristas, do distrito do Bié. De origem protestante como Agostinho Neto (metodista) não conhecia Luanda e como o futuro primeiro Presidente angolano, cinco ou seis anos mais tarde ganhou bolsa da sua Igreja para prosseguir os estudos em Portugal. Neto, aliás, afastar-se-ia não só do Metodismo como da religião em geral.

Outra figura de origem protestante é Holden Roberto, cuja atividade política é iniciada no então Congo Belga até se tornar dirigente da União das Populações do Norte de Angola que depois suprimiu a expressão “norte” e em seguida evoluiu para Frente de

Libertação Nacional de Angola (FNLA). Trajetória percorrida no território vizinho, mas com grande repercussão do lado angolano da fronteira. Holden (que usou vários nomes de guerra) vivia nem Leopoldville desde a infância, lá fez estudos primários e secundários e foi funcionário público situação na qual deve estar em 1943, quando já tem 20 anos.

Alguns outros nomes de relevo posterior poderiam ser citados, mas estes representam uma amostra interessante ao incorporar pessoas de todas as raças, regiões, origens religiosas, vias de formação diversas e a importância de Portugal e do Congo como pontos de irradiação de idéias revolucionárias a partir de comunidades angolanas localmente instaladas.

O desenrolar da Segunda Guerra Mundial tem um papel capital na formação das consciências e no ritmo de vida em Angola nesse ano. A neutralidade portuguesa no conflito deixa Angola como único país da margem atlântica da África a sul do equador, sem inserção em nenhum dos campos. Todos os seus vizinhos estão no campo aliado. Isto não significava ausência de problemas e ameaças.

A GUERRA MUNDIAL NAS PROXIMIDADES

O Congo belga (hoje RD Congo) representa a mais extensa fronteira angolana, do norte ao leste e, desde 1940, a Bélgica está ocupada pelos alemães. Apesar disso, o Governador-Geral colocou a colônia no campo aliado, ou seja, apoiou o governo belga exilado em Londres, a quem o Congo forneceu o essencial dos meios de atuação graças às suas riquezas mineiras. Um importante exército congolês com enquadramento de oficiais belgas foi formado e participou em várias campanhas nos teatros africanos, da Etiópia ao Oeste africano.

Vários desembarques de homens e material se processaram pelo porto de Matadi, no trecho marítimo do rio Congo, a escassos metros do pequeno porto angolano de Noqui. As autoridades das duas colônias tinham motivos para se vigiarem mutuamente. Em 1940, a neutralidade portuguesa era vista com suspeita pelos Aliados, devido à notória admiração de Salazar por Mussolini. Mas, em 1943, com o novo curso da guerra, a situação no trecho marítimo do Congo – entre a foz e a zona Matadi-Noqui – é calma, tanto mais que o governo belga baseado em Londres devia ter informações sobre o desenrolar da negociação entre Salazar e Churchill para o uso de bases no arquipélago dos Açores pela RAF.

A norte, na fronteira do então distrito de Cabinda, está o Congo francês, onde se situava a capital da AEF, Brazzaville, sob controle da França Livre também desde 1940, com uma particularidade importante: o Governador-Geral é Feliz Eboué, mestiço da Guiana, nomeado governador do território do Tchad (integrado na AEF) pela esquerda francesa e depois promovido a Governador-Geral de todo o conjunto pelo general de

Gaulle, baseado em Londres. Mestiço e com nomeação inicial pela esquerda, era mau exemplo para os ultras do sistema colonial, entre os quais se situava o regime ditatorial português.

Mesmo assim, Angola mantinha a sua única ligação aérea internacional com Ponta Negra, no litoral deste Congo, até que por erros de comunicação um dos voos foi alvejado pela DCA local. Não houve vítimas, mas a linha foi encerrada em agosto de 1943. Este incidente traduzia também o nervosismo reinante no Atlântico Sul, onde, sobretudo até ao ano anterior, submarinos alemães atacavam a navegação mercante britânica a fim de cortarem as ligações com a África do Sul, parte do campo aliado com forças numerosas no norte do continente e fornecedor de bens alimentares e industriais ao Reino Unido. Por vezes, navios mercantes portugueses também foram torpedeados, por desconfiança alemã de transportarem carga para os ingleses.

Sócrates Dáskalos viajou para Portugal em 1941 e conta o caso do navio “Ganda”, pouco antes, alvo de uma dessas ações na rota para Lisboa. (Dáskalos: op.cit).

Na fronteira sul de Angola em 1943 estava o Sudoeste Africano (hoje Namíbia), teoricamente território sob mandato internacional confiado à União Sul-Africana, mas que esta governava como prolongamento do seu próprio território. A bandeira do posto fronteiriço em face de Santa Clara era sul-africana.

A leste estava a colônia britânica da Rodésia do Norte (atual Zâmbia) que, como o Congo de administração belga, tinha importantes jazidas minerais, ambas exportadas pelo porto angolano do Lobito, colocando este porto na mira alemã. Em 1942 e 1943, a venda de milho angolano a Rodésia do Norte levantou protestos em Portugal, onde meios próximos do governo classificaram-na de ter sido realizada em detrimento da cota do produto destinada à metrópole e pediram explicações ao Governador Morna.

Este assunto será abordado no capítulo de economia deste artigo.

Do outro lado do Atlântico, o Brasil estava na guerra, elemento de repercussão para toda a bacia sul deste oceano. Aliás, no Atlântico Norte, as forças navais alemãs estavam em recuo, fator de redução drástica de sua mobilidade para sul.

A imprensa de Angola dava grande destaque ao conflito e sublinhava operações em solo africano. Como amostragem, escolhemos dois jornais do dia 12 de março de 1943, um de Luanda e outro de Benguela. A opção por este dia corresponde a motivos pessoais, sem perda de valor demonstrativo. Na verdade, qualquer dia do ano em questão daria o panorama e o tom dos jornais publicados em Angola sobre a guerra.

O “Diário de Luanda” era um jornal ligado à União Nacional, o partido salazarista, único legal em todo o império português. O “Jornal de Benguela” também era dirigido por portugueses mas tinha bastantes conexões (e colaborações) locais, com orientação mais liberal. Ambos sujeitos à censura, menção que o “Jornal de Benguela” nunca esquecia de estampar.

Na edição de 12 de março de 1943, o “Diário de Luanda” (DL) destaca na primeira página, sobre a guerra, a eventualidade levantada pela propaganda alemã, de bombardeiros germânicos poderem atingir a costa leste norte-americana e regressar sem necessidade de escalas. No cento da página publica foto de tropas aliadas embarcando em planador na Tunísia e, na coluna da direita reproduz despacho da agência francesa de informação sobre combates na mesma Tunísia, nos quais, tropas alemãs sob comando de Rommel, foram repelidas a norte e a sul. O jornalista encarregado da tradução e confecção da notícia mantém a frase “perto de Ksar Rhilane, von Anim tentou também ontem um ataque às nossas forças”, referindo-se às unidades militares francesas. O mesmo vai ocorrer na segunda página com a versão italiana, onde aparecem expressões como “nossa artilharia” e “os nossos caças”, usadas para as forças italianas.

Mas ainda na primeira página, aparece a condenação à morte, em Joanesburgo, do sabotador sul-africano pro-germânico Sidney Robert Leibrant e uma breve informação de sucesso dos guerrilheiros na Polônia. Metade da segunda página desta edição do DL é dedicada à guerra com despachos sobre a frente russa, norte-africana e bombardeamentos sobre cidades alemãs e inglesas, dando as versões britânica e alemã.

O “Jornal de Benguela” (JB) dá menos cobertura à guerra na primeira página, mas mais no conjunto da edição. A frente norte-africana tem destaque na primeira página, com previsão de captura de Gfasa na Tunísia pelas forças aliadas, comandadas pelo general Montgomery. É, portanto, grande o interesse da mídia publicada em Angola na época pelas batalhas do deserto e pelo duelo Montgomery-Rommel. Esta notícia tem grande desenvolvimento na página três, com dados de fonte aliada muito mais extensos que a versão italiana. Não há menção de fonte alemã.

A página dois tem ao alto da coluna direita uma foto de soldados ingleses fazendo prisioneiros alemães e na página três, referência à situação interna francesa com o título “Em Paris houve uma grande tensão contra o invasor” e desenvolvimento do texto favorável à resistência. Na mesma página sublinha-se no título o uso pela aviação britânica de bombas de 8.000 libras e o respectivo desenvolvimento parece simpático ao avanço tecnológico das forças aéreas aliadas. A página seis do JB desse dia coloca manchete a toda a largura relativa a contra-ofensivas alemãs na Rússia e ataques russos, também com inclinação de simpatia para estes, incluindo referências ao jornal “Estrela Vermelha”. Embora a censura evite cortar notícias e versões para não quebrar o perfil de neutralidade da política oficial portuguesa, a referência direta a órgãos comunistas não era bem vista.

Na última página, o JB volta à frente russa dizendo que “os russos sustaram a ofensiva alemã no Donetz e obtêm vantagens noutros sectores”. Um atentado na Alemanha dá lugar a uma breve; referência é feita ao discurso do vice-presidente norte-americano sobre os riscos de nova guerra mundial se “os russos se propusessem continuar

o ideal da revolução mundial” e uma batalha naval na costa holandesa ocupa o centro desta última página.

A comparação mostra o “Diário de Luanda” mais preocupado em manter a neutralidade do noticiário (sem dúvida devido a suas maiores ligações ao governo), e mais inclinação para os Aliados no “Jornal de Benguela”.

Este jogo de equilíbrio é menos acentuado que um ano antes e muito menos que em 1940, quando a correlação mundial de forças suscitava admiração oficial pelo nazifascismo, tanto mais que Mussolini era admirado por Salazar, a ponto de ter a foto do ditador italiano em sua mesa de trabalho. Mas em 12 de maio de 1943, o Afrika Korps alemão se rende e os aliados assumem todo o norte africano, afastando a ameaça sobre o Egito e ficando todo o Mediterrâneo a seu alcance. Dois meses depois, Mussolini foi derrubado e, em outubro, tornaram público o acordo luso-britânico (concluído em agosto precedente) concedendo à Londres facilidades em bases do arquipélago dos Açores – no qual rapidamente entraria os Estados Unidos. Um contexto que dava outro perfil ao neutralismo português (mais tarde batizado de “neutralidade activa”) e incitava o fim das “inibições” na mídia local que penderia toda para o campo aliado.

A atualidade militar mundial só é disputada nestes jornais pela atualidade econômica local e a centralidade das estradas, cujo perfil é de quase ausência de asfalto ou mesmo de terra batida com manutenção aceitável.

O CONTRA-DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As infraestruturas em geral são de grande pobreza, com cortes de eletricidade mesmo nos bairros “brancos” das cidades e abastecimento de água rudimentar, a partir de poços nas cidades ou cacimbas (pequenos lagos) em localidades menores. Na maior parte das zonas rurais – onde vivia então cerca de 90% da população, a busca de água é tarefa individual.

A exceção se situava nas ferrovias, com três linhas vitais. A norte, o Caminho de Ferro de Luanda, via de escoamento da produção regional do Kuanza Norte e Malange, esta já com dimensões razoáveis; no extremo sul o Caminho de Ferro de Moçamedes liga ao planalto da Huíla e, no centro, o Caminho de Ferro de Benguela (CFB), internacional, construído pelos ingleses e cujo terminal portuário do Lobito exportava os minérios do Katanga (Congo) e da Rodésia do Norte (Zambia), recebendo em trânsito parte das importações desses territórios, além da produção angolana dos distritos de Benguela, Huambo e Bié.

Nesse caso, a viabilidade de comercialização estava ligada à distância do local produtor em relação à linha, como veremos no caso do milho.

A maior produção angolana da época era os diamantes, destinados à exportação e situados então na faixa do meio milhão de quilates anuais, média que subiria para o dobro na década seguinte. O açúcar ultrapassou as 39 mil toneladas de produção em 1940, o sisal deu lugar a exportações de 12.731 toneladas em 1943 e o café, neste ano, exportou 18.838 toneladas, parte das quais já usara o recém-inaugurado cais portuário de Luanda. O algodão completava o quadro das chamadas grandes agrícolas tropicais com uma produção da ordem de 15 mil toneladas em 1943. A atividade piscatória crescia principalmente no então distrito de Moçamedes, com um prolongamento de pescarias ao longo da costa semi-árida a sul de Benguela, coexistindo a empresa formal com uma forte atividade artesanal. Parcela importante de algodão, açúcar e produtos da pesca tinha consumo interno, o mesmo sucedendo com a exploração pecuária, também em bases rudimentares devido à pobreza dos meios de conservação nos grandes centros criadores, como a Huíla, cujos limites iam até à fronteira sul.

A produção industrial saía dificilmente do caráter artesanal e assinalava uma produção considerável de farinha de peixe, pequenas unidades de confecção têxtil, produtos alimentares (com importante presença de peixe conservado), calçado de borracha e materiais de construção como telhas e tijolos. Um quadro, portanto, voltado para o muito básico e sem concorrer com os produtos portugueses, eles próprios num nível tecnológico sub-desenvolvido em relação ao resto da Europa. (Gonçalves: 2011)

A mandioca no norte e o milho no sul eram (e são) alimentos base da larga maioria da população, o segundo estava também voltado para a exportação. O preço FOB desta exportação na campanha de 1942 estava fixado por Lisboa em 55 centavos de angolar ou escudo (usavam-se as duas expressões monetárias na linguagem corrente) por quilo “preço mais que exíguo para a Colónia, mal chegando para os encargos de transporte a partir de determinada distância. Daí a impossibilidade de, àquela cotação, movimentar o cereal além de 100 quilómetros da linha férrea” (Morna: op.cit)

A metrópole colonial exigiu em 1942, para seu consumo, 110 mil toneladas e na zona do CFB existiam 100 mil (ibidem). No ano seguinte, Portugal subiu essa exigência para 120 mil toneladas e a produção angolana exportável ficava pela metade, com preço fixado (por Lisboa) em 59 centavos, desmotivador para produção comercializável e incitando os produtores à auto-subsistência.

Na cadeia comercial, o campesinato produzia e os intermediários portugueses encaminhavam o produto. A política de preços, portanto, comportava uma margem de lucro aos intermediários, não muito grande mas que reduzia o preço ao produtor. Em agosto de 1942, o milho disponível a mais de 100 quilômetros da linha ultrapassava em muito a existência na zona de influência direta da mesma. A subida dos preços seria medida indispensável para motivar os produtores a colocar o produto no CFB pelos seus próprios (e penosos) meios.

Por sua vez, o transporte rodoviário era modesto e, em parte, limitado pela falta de material de reposição como pneus. Essa situação tornou-se de tal modo alarmante que o Governador Freitas Morna pediu apoio ao primeiro-ministro sul-africano, Jan Smuts, que lhe forneceu 180 pneus (ibidem) numa operação reveladora das características da economia colonial angolana e das diferenças de desempenho em relação à sul-africana.

Em virtude da legislação contrária à industrialização de Angola, apesar de grandes disponibilidades de borracha em bruto, a colônia não possuía manufatura no ramo, afetando todo o tecido econômico. Nessas condições, o governo colonial recorreu a um tipo de ajuda equivalente ao de muitos dos Estados hoje classificados como “falhados” ou “falidos” – a pequena doação semelhante a esmola.

O problema ganhou contornos políticos de forte incidência nos debates angolanos e portugueses, quando o Governador decidiu autorizar uma exportação (via CFB) de 20 mil toneladas de milho para a vizinha Rodésia do Norte, sendo acusado em Portugal de ter prejudicado o abastecimento da metrópole. Em sua defesa, Freitas Morna alegou que seria possível exportar para lá mais que as necessidades portuguesas caso o preço fosse aumentado substancialmente (decisão que competia a Lisboa, como sempre nos pactos coloniais) e, além disso, a venda para a colônia vizinha proporcionou “ao fomento de Angola um lucro de cerca de 6.000 contos e 16.000 ao seu movimento de transacções” (ibidem). O Governador-Geral apresentou como consideração suplementar para esta venda “defender eficazmente o seu significado político”, ou seja, as boas relações com uma colônia da coroa britânica em plena guerra.

Freitas Morna, alegando problemas de saúde, deixou o governo da colônia um ano após ter tomado posse. Sua substituição foi difícil – talvez em virtude do caráter brusco – atestada pela indicação sucessiva de dois “Encarregados de governo”, situação invulgar no século XX, até que Lisboa encontrou em outro oficial de marinha um substituto, Vasco Lopes Alves, cuja carreira o levaria a Almirante e a ministro, na sequência de quatro como Governador-geral de Angola.

Obviamente, toda esta movimentação, explicações incompletas e demora na substituição, alimentaram as informais, mas generalizadas conversas políticas das cidades de Angola em 1943.

O censo populacional de 1940 assinalava cerca de 3,7 milhões de habitantes, número a ser visto com reserva pelos motivos apontados. A urbanização crescente, porém, é um dado consolidado e obriga o governo de Lisboa a preparar um gabinete especial para lidar com o assunto, até então motivo de reflexão num reduzido grupo de arquitetos e urbanistas. Um deles falece em 1943, na cidade de Nova Lisboa: Franz Schacherl, judeu austríaco (Jacob: 2000), portanto, com fortes motivos de regozijo pelas alterações estratégicas mundiais produzidas nos meses recentes. É, aliás, o segundo austríaco com destaque na vida científica de Angola, após o botânico Frederich Welwitsch.

As quatro principais cidades apresentavam o seguinte perfil demográfico (Censo 1940 citado por Amaral: 1978)

Cidade	Total	Negros	Branços	Mestiços	Outros
Luanda	61.028	45.884	8.944	6.175	25
Benguela	12.657	10.076	1.461	1.120	
Nova Lisboa	11.627	6.967	3.214	1.446	
Lobito	11.418	9.245	1.616	557	

O crescimento da taxa de urbanização sendo muito alto, em 1950, Luanda chegaria a 141.647 habitantes, ou seja, mais que duplicaria em dez anos. Portanto, os números do ano em estudo podem representar cerca de 10% acima do censo de 1940. Em 1938, a capital tem recenseadas, na zona urbana, “10 avenidas, 78 ruas, 19 travessas, 20 praças e largos, 10 calçadas e 2 becos” (Jacob: 2000, citando Amaral). Acima de cem mil habitantes na África tropical de final dos anos 1940, era considerada grande cidade; os prováveis 75 mil de 1943 apontavam essa meta como possivelmente alcançada em 1947/48, graças ao afluxo de camponeses pobres e à imigração europeia. Essa vai exercer uma forte pressão sobre a construção civil, reforço das infraestruturas e, em todas as cidades, a maioria da população negra vive nos muceques (favelas). Em todas as cidades, inclusive Luanda, há zonas onde o perfil é de ruralização próxima ao centro urbano, sendo as menores equivalentes a pequenos espaços urbanos num contexto rural.

As quatro dezenas de milhar de negros considerados “assimilados” – e que alguns estudiosos e políticos, pouco atentos à propaganda colonial, consideram “privilegiados” – vivem em maioria nos muceques de várias cidades. Na verdade, a concessão de direitos de cidadania a essas pessoas é vazia de conteúdo, na medida em que sendo regime ditatorial, ninguém tem direitos de cidadania. Mas, ser negro implica um tributo ainda mais duro. Por exemplo, a discriminação no mercado de trabalho é evidente e aumenta com a chegada de novos colonos europeus. Na edição de 12 de março de 1943, um anúncio de oferta de emprego pelo porto de Luanda – entidade oficial - publicado no “Diário de Luanda” diz: “Precisa-se de dois empregados europeus enérgicos e inteligentes para serem adestrados em trabalhos de enrocamento para fundação”. Mesmo a esse nível, a raça é exigência e constitui o traço mais vincado da vida cotidiana. É a posição perante esse tema que define as pessoas e vai determinar a trajetória angolana.

Em 1943, todas as conversas mais ou menos politizadas desembocam nelas, quaisquer que sejam os pontos de partida: a guerra mundial, a polêmica do milho, o desenrolar do dia-a-dia ou temas culturais. Estes, na Angola de 1943, ganham dimensão e formam os formadores da literatura angolana que se manifestará desde final da década em bases mais sólidas e menos de casos individuais isolados como até aqui. A agitação da OSA contribuiu para o combate aos preconceitos ou complexos de inferioridade cultural, o mesmo ocorrendo com entidades como a Sociedade Cultural, Anangola e algumas brechas na Liga Nacional Africana.

Mas, talvez, o mais impactante decorria nos espaços públicos, mesmo quando o murmúrio era obrigatório. As festas e convívios do Bairro Operário e das proximidades da Missão Católica de São Paulo dos Muçiques constituíam pontos-chaves da opinião angolana. A geografia do pré-nacionalismo em Luanda tem esses pontos no centro. Os almoços e jantares de confraternização compunham grande parte desses convívios tal como nos clubes regionais portugueses, mas o *menu* era diferente. Em vez do bacalhau, indispensável aos portugueses, a funjada (comida a base de farinha de mandioca ou milho) constituía o elemento culinário principal das festas angolanas. Na falta de liberdade para afirmar os antagonismos principais, dados culturais como a gastronomia serviam de pretexto. Com o passar do tempo, aproximações neste domínio produziram-se, ou seja, componentes mais baratos da cozinha portuguesa entraram no consumo familiar dos muçiques e a funjada ou o feijão de óleo de palma (azeite de dendê) foram adotados em muitas famílias brancas. Nos pontos de convívio e seu uso para desabafo ou planos, porém, os “assimilados” desempenhavam papel importante, com poder de atração até de muitos mestiços e alguns brancos angolanos, negando, portanto, qualquer valor à divisão que o sistema procurava criar entre “assimilados” e “indígenas”. Papel constante até à abolição da “lei do indigenato” em 1961.

No centro da cidade, as palestras da Sociedade Cultural e a permuta de livros que proporcionavam, assumirão valor acrescentado e terão efeito no surgimento do mercado leitor. O cinema, por sua vez, trazia um pouco da evolução estética do mundo e a representação dos grandes centros do progresso de então.

Na sexta-feira 12 de março de 1943, o cine-teatro “Nacional” de Luanda (hoje edifício histórico, sede da reputada associação cultural Chá de Caxinde) exhibe “A Torre de Londres” de Rowland V. Lee, com Basil Rothbone, Boris Karloff e Barbara O’Neil, enquanto o cine-teatro de Benguela anuncia para sábado e domingo “Meu filho e meu rival” e “Peço a palavra”, que já tinham sido exibidos em Luanda.

BREVE CONCLUSÃO SOBRE CHOQUE DE DINÂMICAS

A geografia física e humana de Luanda, em 1943, tinha contornos que importa aqui mencionar nas suas grandes linhas.

A cidade apresentava quatro grandes áreas: a Cidade Alta, onde a urbe foi fundada em janeiro de 1576; a Baixa, zona comercial; os bairros adjacentes onde vivem a quase totalidade dos brancos e a maioria dos mestiços; os muceques, habitados pela quase totalidade dos negros.

Na Cidade Alta situam-se (como até hoje), o Palácio do governo e algumas construções históricas. A ligação à Baixa faz-se, então, por duas calçadas principais em declive: Santo Antônio, Pelourinho e outra, muito menos usada, entre a Fortaleza de São Miguel e a fábrica de sabão. Uma rua conduz ao único hospital. O centro geográfico da Baixa é o Largo da Mutamba, mas o grande eixo econômico está na Avenida Salvador Correia e ruas adjacentes, onde funcionam empresas comerciais formais como Quintas & Irmão, Dantas Valadas, Mabílio M. de Albuquerque e um mercado semelhante a muitos da atualidade (até pela deficiente higiene), o Xamavu, só destruído para urbanização na década seguinte, quando foi inaugurado o mercado municipal do Kinaxixi, a cerca de dois quilômetros no sentido ascendente. Na Avenida Salvador Correia, existia a única agência do Banco de Angola (sediado em Lisboa) e, numa artéria paralela, um edifício histórico muito notado, o Palácio de Dona Ana Joaquina (famosa comerciante de escravos dos séculos XVIII e XIX), usado a partir de dado momento pelo Colégio Dom João II (ensino particular), frente ao qual seria aberta a empresa de origem britânica Robert Hudson, início de outra calçada em declive, Gregório Ferreira, neste caso ligando a Baixa a bairros residenciais próximos. Porém, a ligação principal, neste sentido, sobe do largo da Mutamba pela Rua Vasco da Gama.

A importância da Mutamba decorria (e decorre) de ser cruzamento de transporte e, na altura, dominada pelo edifício da Câmara Municipal, ao qual se juntaria em breve um novo edifício da Fazenda e Contabilidade (hoje local do ministério das Finanças). Nas proximidades, situava-se uma instalação reveladora das condições de higiene da população, prejudicada pela escassez na distribuição de água: um banho público, designado em inscrição frontal por “balheário”, cuja existência mesmo após desativação persistiria na década seguinte.

Entre os bairros residenciais, a Maianga assume um valor especial, pela antiguidade, proximidade simultânea com a Baixa e a Alta e por nele estar localizada a principal captação de água para a cidade, mantida assim até a operacionalização da barragem das Mabubas em 1948. O bairro dos Coqueiros, por sua vez está na própria Baixa, é misto de comércio, escritórios, pensões e residências, devendo sua notabilidade à

existência do primeiro grande recinto esportivo – o Campo dos Coqueiros – inicialmente destinado ao futebol, atletismo e basquetebol.

Um terceiro bairro, Bungo, tem impacto urbano como estação central ferroviária, cuja linha, além de ligar ao interior, mantinha um pequeno ramal urbano até a estação da Cidade Alta (na verdade situada um pouco antes dela).

Nos prolongamentos da Maianga, Rua Vasco da Gama e proximidades do Kinaxixi, embriões residenciais urbanos vão surgindo e darão lugar a novos bairros no pós-guerra, impulsionados pelo aumento da imigração europeia. Em termos aproximados, a soma de toda esta faixa da cidade abrigava perto de 20 mil pessoas, brancas, mestiças e alguns negros.

Construídos diretamente no areal, estavam os muceques. Aliás, as duas palavras são sinônimos. O Bairro Operário e o São Paulo fazem parte deles, situação em que vão permanecer mais alguns anos, base residencial da larga maioria dos negros integrados nas empresas ou serviços coloniais (públicos ou domésticos). Outros muceques mais precários e vulneráveis à repressão cotidiana estendem-se na contiguidade. O total aproximado do conjunto seria de entre 50 e 60 mil pessoas.

A rede comercial alimentar assenta dezenas de mercearias, mais ou menos equipadas consoante a zona residencial, mas fornecendo, tanto nos bairros como nos muceques, serviços rudimentares de bar. Os restaurantes são, então, raros. Presença comercial importante é constituída pelas quitadeiras (vendedoras ambulantes negras) prestadoras de vasto serviço na venda, sobretudo, de fruta, amendoim, doces, fuba (farinha de mandioca) e peixe.

Numa cidade de urbanismo segregado, elas orientavam suas atividades para os dois lados da barreira racial, fornecendo produtos locais a preços mais baixos, não sem sofrerem pressões do comércio formal que temia concorrência e, por vezes, da própria polícia. Mas, a incipiência do comércio colonial da época – e até escassez de alguns produtos metropolitanos em virtude da guerra – foram sempre grandes aliados das quitadeiras. Não só sobreviveram a todo o período colonial como seriam as grandes dinamizadoras do mercado informal pós-colonial, quando algumas alcançariam níveis relevantes de acumulação de capital.

Os locais de residência (bairros urbanos ou muceques suburbanos) são os grandes indicadores da desigualdade de renda, sem que isso signifique homogeneidade dentro de cada um. Proprietários ou seus representantes e altos funcionários tinham o nível mais alto do conjunto urbano, situando-se a maioria deste espaço na faixa classificada de pequena burguesia, segundo os padrões da época.

No muceques, há os pobres, os muito pobres e os menos pobres.

Todo o conjunto territorial estava sujeito a um regime político ditatorial acompanhado de práticas de trabalho semi-escravo e restrições econômicas causadoras de contra-desenvolvimento.

Para defini-lo, a noção de ultra-colonialismo parece-nos mais adequada que “colonialismo tardio”, usada por alguns autores, na medida em que Portugal é o iniciador do primeiro período colonial e entrou no segundo período ao mesmo tempo das grandes potências. A diferença está no atraso material e político da própria metrópole. Outra noção duvidosa é caracterizar Angola em hibernação durante a Segunda Guerra Mundial. Tal visão parece privilegiar aspectos externos, traduzidos pela redução das trocas mundiais e pelas referidas restrições industriais (que se prolongarão até ao início da guerra pela independência). São elementos importantes. Porém, a dinâmica da própria sociedade angolana, sobretudo urbana e sub-urbana, revelam, em pleno 1943, a encubação de elementos ativos - sociais, culturais e políticos - condutores rápidos à reivindicação radical de destruição do sistema, ajudados, como em todo o continente, pelos combates da Segunda Guerra Mundial contra as ocupações de países e contra as teorias da superioridade racial que lhes serviam de base. Dois fenômenos há muito conhecidos em toda a África.

REFERENCIAL

AMARAL, Ilídio – “Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização de Angola” – in “Finisterra” 1978, nr 25 – Lisboa.

DÁSKALOS, Socrates – “Um testemunho para a História de Angola-do Huambo ao Huambo” – Ed. Veja – Lisboa – 2000.

JACOB, Berta Maria de Oliveira – “A toponímia de Luanda – Das memórias coloniais às pós coloniais” – Dissertação de mestrado em estudos patrimoniais – Lisboa – 2005.

MORNA, Alvaro de Freitas – “Angola, um ano de Governo” – 1º volume – Ed. Livraria Popular de Francisco Franco – Lisboa – 1944.

GONÇALVES, Jonuel – “A economia ao longo da História de Angola” – Ed. Mayamba – Luanda – 2011.

Recebido em: 09/09/2013

Aprovado em: 10/09/2013